

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - CSSF

REQUERIMENTO N° , DE 2016
(DO SR. ANTONIO BRITO)

Requer a realização de Audiência Pública, destinada a debater o Plano Nacional Pelo Fim da Tuberculose que se encontra em processo de elaboração.

Senhora Presidente,

Requeiro, a Vossa Excelênci, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública destinada a debater o Plano Nacional Pelo fim da Tuberculose, para tanto, convidamos os representantes do Ministério da Saúde; da Rede TB – Rede Brasileira de Pesquisa em Tuberculose; da Parceria Brasileira contra a tuberculose; e de Programa Estadual de Controle da tuberculose.

JUSTIFICATIVA

O Brasil ocupa a 18º posição entre os países considerados de alta carga de tuberculose, representando 0,9% dos casos estimados no mundo e 33% dos estimados para as Américas. Os coeficientes de mortalidade e de incidência foram reduzidos em 38,9% (3,6 para 2,2/100 mil hab.) e 34,1 (51,8 para 34/100mil hab.), respectivamente de 1990 até 2014.. Com esses resultados o país cumpriu as metas internacionais. Apesar disso, ainda foram registrados entre 2005 e 2014 uma média de 70 mil casos novos e de 4400 mortes por tuberculose, por ano. Entre 2012 e 2015 foram registrados 840 casos novos de tuberculose drogarresistente, que são os casos que apresentam qualquer tipo de resistência aos fármacos utilizados no tratamento.

Alinhado ao Plano Global pelo Fim da Tuberculose 2016-2020 da Organização Mundial de Saúde (OMS) e ao Plano Regional para as Américas desenvolvido pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o Brasil está elaborando o Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como problema de saúde.

O Plano Global pelo Fim da Tuberculose tem como foco principal a mudança de paradigma na abordagem da tuberculose, condizendo com a

passagem da perspectiva de controle para fim da doença como problema de saúde pública global. Para isso, considera que o comprometimento político, abordagens de direitos humanos e a integração dos diversos setores estejam no centro das políticas de saúde.

Em paralelo, o Plano Regional pelo Fim da Tuberculose elaborado pela OPAS, propõe linhas estratégicas de ação, com indicadores operacionais e epidemiológicos a serem monitorados também para os anos de 2016 a 2020, período inicial da estratégia e crucial para o alcance do objetivo final. A ênfase nas populações vulneráveis e grupos de risco é um ponto principal do plano, que considera os determinantes sociais da tuberculose, além dos desafios relacionados ao baixo percentual de cura e testagem para o HIV, bem como os casos não diagnosticados da doença, também em sua forma resistente. O Plano recomenda ainda que um instrumento similar seja desenvolvido nos países da região propondo intervenções inovadoras em resposta ao novo contexto da TB no mundo.

Com base nas diretrizes internacionais estabelecidas da OMS no âmbito global e da OPAS para as Américas, a referida audiência tem como objetivo incluir o Congresso Nacional, por meio da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, na discussão para a elaboração deste Plano, visando ampliar o debate entre gestão, academia e sociedade civil e os parlamentares visando qualificar o Plano Nacional e como consequência contribuir para a resposta brasileira na eliminação da tuberculose como problema de saúde pública.

Sala da Comissão, em 10 de outubro de 2016.

Deputado **ANTONIO BRITO**

PSD/BA